

O capitão de fragata NUNO DE CAMPOS, no seu depoimento, nada diz sobre esta arguição nem sobre ella foi interrogado.

Isto é, somente o capitão de fragata RODRIGUES ouviu o coronel SOUSA ROSA dizer que declinava responsabilidades nos officiaes inglezes. O capitão VIANNA, chefe do E.M. não se recorda de ter ouvido taes palavras, e declara não ser de acatar que o coronel declinasse nos officiaes inglezes qualquer parcela da responsabilidade que só a elle pertencia.

O general SOUSA ROSA declara não ter declinado responsabilidades em pessoa alguma, nem lhe era licito fazel-o; que "se manteve completamente alheado da discussão até que passado algum tempo lhe poz termo, ordenando ao Chefe do Estado Maior que colligisse as respostas aos quatro quesitos, e recolhidas as respostas e depois de conferenciar com o Chefe do Estado Maior em um gabinete anexo voltou á sala da conferencia dando a ordem para a defeza da Villa".

Eis o que dizem os officiaes portuguezes que assistiram á conferencia, com excepção apenas do major PEIJO TEIXEIRA que não foi ouvido nos autos por ter fallecido.

Mas o que este official pensava da acta ingleza onde são feitas as arguições que vimos analysando, vae-nos dizer o seguinte depoimento do tenente-coronel PERRY DA CAMARA.

O tenente-coronel PERRY DA CAMARA, official de ligação junto do Q.G. inglez diz-nos no seu depoimento: "que o falecido major PEIJO TEIXEIRA, que, ao tempo, era o encarregado do Governo de Quelimane, official que, pelo seu elevado character e pela sua honradez merecia á testemunha a maxima consideração e o maior respeito, lhe disséra que lhe foram enviadas varias actas semelhantes á tal que o depoente vira acima referida, actas que o referido PEIJO TEIXEIRA inutilisou porque em sua consciencia julgava que ellas não eram a expressãõ da verdade e não traduziãõ os factos taes como se tinham passado."

Por seu lado, o coronel SOUSA ROSA, num seu relatório junto aos autos declara: "que no Conselho de officiaes, tanto elle como o chefe do E.M. mantiveram-se alheios á discussão entre os officiaes presentes, inglezes e portuguezes; que os quesitos propostos estavam justificados com os elementos de defeza que existiam em Quelimane; e que os mesmos quesitos a nada obrigavam."

3 Não leu livro algum, pois não o tinha".

" A discussão foi simplesmente entre officiaes portuguezes e inglezes, e manteve-se completamente estranho a tudo, depois de lido o documento relativo á convocação do Conselho. A reunião do Conselho não devia ter levado mais hora. A sua opinião foi expendida nas respostas dadas pelo Chefe do Estado Maior!

" Não declinou responsabilidades em pessoa alguma. Nem lhe era licito fazel-o, alem de que a tensão de relações em que estava com o major LEONEL COHEN, official inglez de ligação, pela sua attitude para com os portuguezes, inhibia-o de discutir com os officiaes inglezes, fosse o que fosse, tanto mais que o seu estado de espirito era o de uma tremenda exaltação por ver todos os nossos esforços na guerra malogrados devido á incompetencia e extrema vaidade do comando inglez, se outros intuitos não havia, conforme informara o Governo Portuguez."

" Que os officiaes inglezes sabiam que elle tinha pedido ao Governo portuguez a sua intervenção para ser immediatamente exonerado, do cargo que junto d'elle exercia, o major temporario LEONEL COHEN, e tambem sabiam que elle se não sujeitava á situação de inferioridade que para o nosso Exercito estava sendo creada, tendo protestado perante o Comando em Chefe Inglez e pedido por mais de uma vez a sua exoneração ao Governo Portuguez. E assim manteve-se completamente alheado da discussão até que passado algum tempo, lhe poz termo, ordenando ao Chefe do Estado Maior que colligisse as respostas aos 4 quesitos, e recolhidas as respostas e depois de conferenciar

com o Chefe do E.M. em um gabinete anexo, voltou á sala da conferencia dando a ordem para a defeza da villa".

"Nem elle nem o Chefe do E.M. tinham bagagem apreciavel, pois reduzia-se a um pequeno numero de peças de roupa branca cuja substituição naquelle tempo se fazia por pouco dinheiro. Uniforme e calçado era unicamente o que tinham no corpo. Nem capote tinham".

Um exemplo do valor das affirmações da acta ingleza: nesse documento diz-se que o major CARDOSO e o capitão MATHEUS "declararam que com a melhor boa vontade receberiam ordens do comandante inglez mais graduado".

Folheando o processo, vê-se que o então major MATHEUS \_\_\_\_\_ e não capitão \_\_\_\_\_ em carta que dirigiu ao coronel SOUSA ROSA, ao ter conhecimento da publicação da tradução da pretendida acta ingleza, testemunha a este seu superior a sua solidariedade, oppondo o mais completo e formal desmentido ao que delê se diz, e affirmando que os factos se passaram como consta da acta portugueza; e quanto ao ex-major CARDOSO vê-se que, no seu depoimento, nada ha de onde se possa concluir que elle tivesse dito que de boa vontade receberia ordens de um comandante inglez.

O que este ultimo official diz, no seu depoimento, é o seguinte:

"Pedi nessa occasião para que ficasse consignado que, dado o caso das forças portuguezas retirarem de Quelimane, ficaria combatendo ao lado das forças inglezas. Devo dizer que esta minha declaração foi feita, não com o fim de me tornar estensivamente hostile ás resoluções que o commando das forças portuguezas em operações viesse a tomar, pois podiam as circumstancias obrigar o comando a assim proceder, visto em minha opinião ser elle o unico que tinha auctoridade para o fazer, mas para que os officiaes inglezes não julgassem que se se effectuasse a retirada era por covardia individual."

Foi somente o capitão de fragata ANDRADE RODRIGUES, que, conforme consta do seu depoimento, disse que "da melhor boa vontade aceitava servir sob as ordens do commandante BOYES" official inglez mais antigo dos que estavam presentes.

A acta ingleza tradusida no jornal "O de Aveiro" diz que, exposto o fim da conferencia, os officiaes britannicos "declararam ser evidente que o referido commandante em Chefe" \_\_\_\_\_ o coronel SOUSA ROSA \_\_\_\_\_ "fôra accometido de panico e terror," etc.

Será crível que os officiaes ingleses, convocados pelo então coronel SOUSA ROSA, se permitissem fazer uma tal declaração em pleno Conselho, que este official a tivesse ouvido sem a repellir immediatamente, e que os demais officiaes portuguezes não se recordem de a ter ouvido e não a tenham, também, repellido ?

¿ Como se explicam estas divergencias nos depoimentos das pessoas que, dentro da mesma sala, tomaram parte na conferencia de 4 de julho de 1918, ao saber-se do desastre de Nhamacurra ?

A comparação cuidadosa dos diversos depoimentos, levamos a crer que a conferencia não decorreu com aquella gravidade, com aquella ordem, com aquellas praxes que são de uso em reuniões congeneres e que tem, sobre os resultados, uma influencia muito maior do que se imagina.

A noticia do desastre de Nhamacurra devia ter excitado profundamente os animos. Os officiaes ingleses estavam em frente de uma derrota que se dera sob o commando de um official inglez, expressamente nomeado e promovido ao posto immediato para que o commando de forças aliadas em combate não fosse exercido por um official portuguez, e os officiaes portuguezes viam, mais uma vez, os allemães vencedores pisando terra portugueza. Por outro lado

a imminencia de um ataque a Quelimane e a consciencia que todos deviam ter, de que, pela deficiencia de effectivos, fraca seria a resistencia que se podia oppôr, não eram circunstancias favoraveis para uma calma serenidade. Um dos officiaes presentes refere-se, no seu depoimento, á má disposição que notou nos officiaes inglezes.

É facil, portanto, imaginar, com que calor, com que nervosismo, os officiaes inglezes e os officiaes portuguezes conversariam em grupos, antes da entrada do coronel SOUSA ROSA, sobre a resposta a dar aos quesitos que já lhes tinham sido apresentados.

Depois da entrada do coronel, os officiaes continuaram de pé, como estavam,

Pela redacção do documento que foi lido pelo Chefe do Estado Maior (V Doc. nº. 27) se vê que o coronel desejava obter com a sua leitura, simplesmente, as respostas aos quesitos, e evitar toda a discussão propria de assembleias.

E querendo manter-se alheado de qualquer discussão, como ele diz, deixou que os officiaes trocassem particularmente, entre si, as palavras necessarias para conscientemente se habilitarem a responder, não havendo, portanto, os pedidos de palavra, a inscrição e a concessão de palavra, como é de uso praticar-se numa assembleia que tem presidente.

Isto é, sessão e discussão\_\_\_\_\_na acepção que estas palavras costumam ter\_\_\_\_\_ parece não ter havido, discussão que, alias, não era rascavel que houvesse.

O que na verdade, houve, foi uma reunião, de officiaes para estes responderem aos quesitos que lhes tinham sido propostos, e na qual, cada um trocou, em verdadeira e simples conversação, opiniões, impressões, ou declarações, com aqueles que, no momento, estavam mais proximos ou com aqueles a quem desejavam transmitir-as ou apresental-as.

Nestas condições, opiniões que se expressaram e sentimentos

que se manifestaram em simples conversa e até sob uma certa reserva, aparecem mais tarde como expressas ou manifestadas oficialmente durante a Conferencia; opiniões e expressões que foram expostas ou proferidas por A, aparecem mais tarde como tendo sido expostas ou proferidas por B, que nem sequer as ouviu.

Alguem terá falado, com quem estava mais proximo, no que diziam os livros de Direito internacional sobre bombardeamento das cidades abertas, e tanto deve ter bastado para que mais tarde, haja quem esteja convencido de que esse livro foi visto na occasião, na mão de um dos presentes.

Mas admitindo que a "sessão" começou quando se fez a leitura do documento relativo á convocação do conselho, e que terminou quando o coronel SOUSA ROSA voltou á sala á declarar a sua decisão de defender a villa de Quelimane, quantas opiniões, quantas considerações, expressas ou feitas antes ou depois da "sessão" não serão hoje dadas como apresentadas durante ela?

Quantas opiniões e afirmações que se ouviram posteriormente, passaram pela acção do tempo e da sugestão, a aceitar-se como ouvidas na reunião de Quelimane?

Só assim podem explicar-se as divergencias que se notam nos depoimentos, acerca da conferencia de 4 de julho de 1918, das pessoas que a essa conferencia assistiram.

A explicação simplista de que uma falam verdade e outras a deturpam conscientemente não é de aceitar. Aceital-a seria injurioso para todos os que nessa conferencia tomaram parte e mostra completo desconhecimento do que podem a sugestão, as chamadas primeiras impressões, e a acção do tempo.

O panico e o terror do general SOUSA ROSA foi inventado

pela acta ingleza.

Os quatro quesitos apresentados no Conselho de officiaes foram, evidentemente, a origem das "primeiras impressões" desagradaveis do comandante ANDRADE RODRIGUES e do 1º. tenente SANTOS PATO.

Foram tambem, certamente, os quatro quesitos apresentados e a sua traducção, feita aos officiaes inglezes pelo major COHEN, traducção esta que talvez tivesse sido aproveitada para deprimir as intenções do comando portuguez, que concorreram para originar, no espirito dos officiaes inglezes, a impressão de que o coronel SOUSA ROSA queria abandonar Quelimane.

Todas as restantes testemunhas que, nos autos, falam em manifestações de "panico e terror" declararam que ouviram dizer, ao passo que:

O cidadão MANUEL ESTEVES, o mesmo que, como já vimos, accusa o general SOUSA ROSA de não ter dado importancia a uma informação que fez chegar ao seu conhecimento, diz que, não crê que elle houvesse manifestado medo ou terror na conferencia;

O capitão MIGUEL CARDOSO diz que nunca viu da parte do general SOUSA ROSA manifestações de medo e de terror;

O coronel FRANCISCO ANTONIO CARNEIRO diz que o antigo coronel SOUSA ROSA nunca foi covarde, e nunca em Africa deu provas disso, antes se expunha, até talvez em excesso, na sua qualidade de commandante em chefe;

O tenente-coronel NUNES DA PONTE declara que o coronel SOUSA ROSA nunca deu quaesquer provas de terror, medo ou covardia, e que até, bem ao contrario, não se poupava a perigos;

Etc.

Duas observações que devemos fazer:

a) Depois de ter respondido, aos quesitos, o official portuguez encarregado do governo do Districto, o coronel SOUSA ROSA quiz que "fossem ouvidos seguidamente os officiaes inglezes e, no fim

destes todos os portuguezes";

b) Não era natural, nem logico, que as respostas dadas aos quesitos, pelo Chefe do Estado Maior não correspondessem ao modo de ver do seu commandante o coronel SOUSA ROSA, e, portanto, por aquelas respostas se devia, com efeito, ficar sabendo como este pensava.

Mas ha, ainda, outros depoimentos que nos oferecem um interesse especial. Assim:

O major PINTO DA SILVA diz que "enquanto á accusação de cobardia que os inglezes fizeram ao então coronel SOUSA ROSA, numa celebre acta que a testemunha viu transcrita num jornal, a attribui á má vontade dos officiaes sul africanos contra os portuguezes, má vontade que era manifesta, especialmente da parte de um certo COHEN, agente de ligação entre as tropas portuguezas e inglezas." (1)

O Doutor MANOEL MARIA DA PIEDADE ALVARES diz, no seu depoimento, que estando um dia no Palacio do Governo ouviu o coronel ROSA dirigir-se em termos violentos ao official de ligação inglez COHEN, accusando o commando das tropas inglezas do desastre de Nhamacurra, e lembra-se de ter ouvido dizer nesta ocasião o coronel ROSA ao referido COHEN que o Governo inglez tinha promovido um official moderno a coronel simples e unicamente para lhe entregar o commando das tropas inglezas e portuguezas, sendo, portanto, o referido comandante inglez o responsavel pelo desastre de Nhamacurra, e que este facto era conhecido por quasi toda a

---

(1) Ha quem acuse este Leonel Cohen de ser o autor da noticia espanhada acerca do combate do dia 1 em que dizia que os alemães tomaram a Fabrica, porque os portuguezes tinham fugido cobardemente (José Torres, "A campanha da africa oriental", Lour. Marques, 1919.)



população de Quelimane.

O tenente-coronel PERRY DA CAMARA, oficial de ligação junto do Q.G. inglez, diz no seu depoimento, que "chegou com o Q.G. inglez a Quelimane, dias depois do então coronel SOUSA ROSA dali ter já retirado para o Norte, porem foi-lhe lido pelo major LEONEL COHEN, oficial inglez de ligação, uma acta escrita em inglez e portuguez, (tradução) a qual não era igual á acta da conferencia que vai junta ao auto e que nesta ocasião foi lida,<sup>(1)</sup> acta essa que estava assignada por varios officiaes inglezes e portuguezes, não sabendo porem se essas assignaturas foram feitas pelos proprios, mas sabendo que não foram feitas na ocasião em que se realisou a conferencia de officiaes, mas sim mais tarde. Lembra-se, que nessa acta se faziam, pela forma como estava redigida, alusões que podiam ser interpretadas desfavoravelmente para o comando e officiaes portuguezes.

E perguntado qual seria o motivo porque assim se achava redigida a acta, respondeu que só pode attribuir-se esse facto ás desinteligencias havidas entre esse official inglez, COHEN, e o commando da expedição portugueza."

Ouvido agora, para esclarecer o que dissera neste depoimento quanto á leitura de "uma acta escrita em inglez e portuguez;" e "assinada por varios officiaes/inglezes e portuguezes", o tenente-coronel PERRY DA CAMARA declarou (V. Documento nº. 29 ) " 1º. que /a leitura da acta escrita em inglez lhe fora feita pelo referido major COHEN, num encontro que com ele tivera numa rua de Quelimane e que finda a leitura dessa acta elle se despediu por ter sido chamado pelo Commando em chefe das forças em operações; e que mais tarde, não podendo garantir, se foi

---

(1). a acta portugueza estava escrita só em portuguez



CONCLUSÃO

Do que fica exposto,conclue-se:

1º.)-Que o coronel SOUSA ROSA, utilizando os fracos recursos de que podia dispor,deu as ordens necessarias para a defesa da villa de Quelimane,e tomou as disposições convenientes para proteger as mulheres e creanças europeas e acautelar os valores dos bancos e casas commerciaes;

2º.)-Que não se verifica que o coronel SOUSA ROSA,na reunião do Conselho de officiaes realisada em 4 de julho de 1918,tivesse advogado o abandono da villa de Quelimane,nem tão pouco "manifestasse estar possuido de panico e terror",facto este que,em circumstancia alguma,a comissão poderia dupor que se tivesse dado.

--- TRANSFERENCIA DO QUARTEL GENERAL DE MACATURE PARA

BOCIMBOA DA PRAIA E SEGUIDAMENTE PARA A PONTA

VERMELHA ---

O Quartel General da Expedição foi transferido de Macature em principios de Dezembro, quando a realisação das operações que tinham sido projectadas já não impunha a sua permanencia naquelle local, como aliás é salientado no relatorio do general SOUSA ROSA apenso ao auto.

A sua installação na Ponta Vermelha, onde funcionava a estação da T.S.F. foi motivada pela conveniencia de mais facilmente assegurar a rapidez das commicações com Dar-es-Salam e com o Governo da Provincia, como tambem foi frisado no referido relatorio.

--- UTILIZAÇÃO, EM MOCIMBOA DA PRAIA, DA AGUA ESTERELISADA,  
COM PREJUIZO DOS DOENTES ---

Não tem o menor fundamento a acusação feita ao general SOUSA ROSA de que elle e o pessoal do Quartel General, em Mocimboa da Praia, se tivessem aproveitado, exclusivamente, de toda a agua esterelizada, com prejuizo dos doentes.

E o proprio Coronel medico SOARES VALEJO, que exerceu o cargo de Chefe do Serviço de Saude na Expedição do Commando do então Coronel SOUSA ROSA, respondendo ao quesito que lhe foi formulado pela Commissão declarou "Nunca lhe ter sido communicado pelo Director do Hospital de Ponta Vermelha, nem pelo Director da Enfermaria da Base, nem pelos medicos que com elle serviram em Mocimboa da Praia, que os doentes tivessem sido privados do uso de agua esterelizada por ter sido desviada para uso do quartel General. (Documento n.º 30 )

--- C O N C L U S ã O ---

---

Antes de terminar o seu relatório, a Comissão julga dever salientar os seguintes pontos já referidos nos capítulos anteriores e em varios documentos annexos a este trabalho:

1.º - O general SOUSA ROSA não é responsável pela attitude defensiva que foi imposta ás suas tropas ao longo do Rovuma. O Commandante da Expedição, pelo contrario, empregou todos os esforços para realizar o projecto de operações que tinha estabelecido, prevendo, aliás muito sensatamente, que essa attitude defensiva, além de concorrer para não valorisar o esforço militar de Portugal, representava a ausencia de manobra e condenava as nossas tropas a uma passividade ingloria, sujeitando-as, pela extensão da frente a guarnecer (1), deficiencia de communicações, difficuldade de ligações e consequente impossibilidade de mutuamente se apoiarem, á contingencia de serem batidas isoladamente, como, de facto, infelizmente succedeu.

2.º - O Commandante da Expedição não pôde ser considerado

---

(1) A fronteira do Rovuma, desde a sua foz até Unde tem mais de 400 Kilometros.

como responsavel pelo desastre sofrido pelas nossas tropas no combate travado, em Negomano, no dia 25 de Novembro de 1917, contra as forças inimigas do Commando de VON-LETOW.

- 3.ª - Se a transferencia do Quartel General da Expedição, de Chomba para Nacature, motivada por sugestão de algumas informações de origem britanica poderia ter influído no moral das tropas, em virtude de ter sido espalhado o boato, aliás infundado, que estava iminente um ataque a Chomba, tambem o facto de o Commandante da Expedição, acompanhado pelo C.E.M., ter regressado a este local, na tarde do proprio dia em que essa transferencia se realisou, e ahi se ter conservado até á noite, voltando no dia imediato e seguintes, deveria ter contribuido para desfazer essa impressãe, se não tivesse havido, como parece que houve, por parte de alguns subordinados, o proposito de deprimir ~~o~~ e desfavoravelmente apreciar os actos do Commando.
- 4.ª - Ao Commandante da Expedição não cabe a menor responsabilidade pela demora na organisação da COLUNA MOVEL, nem pelo modo como, em virtude de circunstancias independentes da sua vontade, decorreram as operações desta Coluna.
- 5.ª - Na conferencia realisada, a pedido do Commandante da Expedição, em Dar-es-Salam, em 8 de Junho de 1918, este "insistiu particularmente com o Commandante em Chefe" "das tropas aliadas, general VAN-DEVENTER, em que o fu" "turo papel das forças portuguezas fosse mais activo" "do que até então."
- 6.ª - Dada a situação muito especial em que o Commandante da Expedição Portuguesa se encontrava, quer quanto ao Commando em Chefe das Forças Aliadas e direcção das

operações, quer quanto aos recursos de que podia dispôr, na ocasião, para eficazmente socorrer as tropas que combatiam em Ihamourra, não lho pôde ser imputada a responsabilidade do desastre sofrido pelas tropas aliadas naquelle local.

7.º - O general SOUSA ROSA utilizando os poucos recursos de que podia dispôr, deu as ordens necessarias para a defeza da Villa de Quelimane, e tomou as disposições convenientes para proteger as mulheres e crianças europeias e acautelar os valores dos Bancos e Casas Commercias.

8.º - Não se verifica que o general SOUSA ROSA, na reunião de conselho de officiaes realisada em 4 de Julho de 1918, tivesse "advogado" o abandono da Villa de Quelimane, nem tão pouco "manifestasse estar possuido de panico e terrôr", facto este que, em circumstancia alguma, a Comissão poderia supôr que se tivesse dado.

9.º - O general SOUSA ROSA, pouco tempo depois de ter assumido o Commando da Expedição, salientou ás estações superiores a situação em que encontrou as tropas, sob o ponto de vista da sua organização, instrução e estado sanitario. Sugeriu a conveniencia de se pensar na organização de nova expedição que não enfermasse das deficiencias e deficits manifestados pela que se encontrava na Provincia, e, frisando os principaes pontos que nessa organização deviam ser atendidos, salientava ser preferivel que o nucleo da futura expedição fosse constituido por unidades indigenas, bem instruidas, bem adestradas e com bons quadros, devendo os expedicionarios europeus ser submetidos a uma rigorosa inspecção medica antes de em-



barque.

10.º - Do exame da correspondencia dirigida pelo Commandante da Expedição ás Estações Superiores salienta-se a carencia de recursos em material indispensavel nas campanhas coloniacas e até, por vezes, a falta dos fundos precisos para efétuar pagamentos e realisar as compras necessarias.

11

11

Do que fica exposto neste relatorio e do minucioso estudo feito pela Commissão salientam-se as enormes dificuldades com que o general SOUSA ROSA teve de lutar no exercicio do Commando que, durante a Grande Guerra, exerceu na Provincia de Moçambique.

O estudo deste periodo da Campanha na Africa Oriental, mais uma vez demonstra, que as Estações Superiores não puderam ou não souberam convenientemente preparar, nem superiormente orientar a nossa intervenção militar nesse teatro de operações. Em tudo se revela uma grande desorganisação, a mais completa ausencia de previsão e de uma conveniente preparação e a carencia de recursos em dinheiro e em material indispensavel nas campanhas coloniacas, factores estes ainda acrescidos com a falta de um plano de Guerra previamente estabelecido, onde tivessem sido fixados os objectivos politicos e militares da <sup>noção</sup> ~~acção~~ acção, como belige-

rantes, nesse teatro de operações. E, como se tudo isto não bastasse, foi ainda por vezes agravado com a intervenção, nem sempre oportuna, de Poderes Superiores aos Commandos das Expedições na direcção das Operações, e com o fraco apoio que, também por vezes, foi dado a estes commandos pelo Governo Central.

É incontestavel, e alguns dos documentos citados bem o demonstram, que nas condições em que o coronel SOUSA ROSA assumiu o commando da Expedição já não seria facil evitar que erros e deficiencias anteriores viessem a ter uma perniciososa influencia no proseguimento das operações. E, se preciso fôr justificar esta nossa apreciação com outras opiniões, poderemos citar, ainda que com desgosto, a interessante e instructiva obra do Commandant Breveté J. BUHRER - "L'AFRIQUE ORIENTALE ALLEMANDE ET LA GUERRE DE 1914-1918" onde a pag. 334 se lê o seguinte:

"-Si nous jetons maintenant un coup d'oeil sur les Portugais, nous voyons des troupes européennes fatiguées, avant même d'avoir combattu, par suite d'un long séjour dans la colonie où les hommes et les cadres ne sont pas, en raison des conditions politiques du Portugal, soutenus et entraînés par une forte discipline. Nous sommes en présence d'une population européenne complètement désintéressée de cette guerre et d'une population indigène, le plus souvent hostile aux Portugais.

La foi et l'enthousiasme font complètement défaut parmi les cadres, et cependant on trouve chez les officiers coloniaux de carrière d'excellents éléments, mais il leur a manqué pendant longtemps un commandement énergique, capable d'avoir toutes les exigences nécessaires et d'éveiller, dans le cœur de tous, l'ardeur que doit inspirer la plus noble cause entre tou-

tes, celle de la Patrie.

Le Colonel ROSA ne trouvait, à son arrivée, qu'un outil usé, fatigué, et qu'il lui était impossible de retremper. On conçoit que dans ces conditions les Allemands décidés, énergiquement commandés, avaient beau jeu dans la colonie portugaise."

Na varia correspondencia dirigida ás Estações Superiores, o coronel SOUSA ROSA expôz claramente a situação em que se encontrou a Expedição, sugerindo e solicitando as providencias que deveriam ser tomadas para a melhorar. Empregou os mióres esforços para vencer as enormes dificuldades de toda a ordem que foram surgindo no decurso da campanha, e, no desempenho da sua missão, que era não só militar mas também politica, procurou sempre defender, o mais possível, os interesses do nosso Paiz.

A direcção superior das operações nem sempre poptenceu inteiramente ao Commandante da Expedição, mesmo quando ainda não estava oficialmente subordinado ao general VAN-DEVENTER. Assim teve de accitar a attitude defensiva imposta ás nossas tropas ao longo do Rovuma e, posteriormente, a prohibição de utilizar Porto-Amelia e a linha de penetração que se dirige a Montepuez. E, pelas operações realizadas no nosso territorio sob o commando superior do referido general e pelas suas determinações, por vezes, contrarias ao parecer do Commandante da Expedição Portugueza, como, por exemplo, a retirada da 1ª columna que este mandára concentrar em Muirite para

cooperar com as tropas britannicas, não pôde o general SOUSA ROSA ser tornado responsavel.

A sua acção militar pôde hoje ser discutivel, n'um ou noutro ponto, sobretudo quando apreciada sem o prévio exame dos documentos que a elles digam respeito. Mas tal facto não justifica, nem mesmo, em circumstancia alguma, pôde explicar a campanha levantada contra o general SOUSA ROSA, que chegou, ao cumulo, de nem mesmo respeitar a sua honra.

A Comissão, ao concluir este relatorio, salienta que, não se tendo provado a veracidade das acusações feitas ao general THOMAZ DE SOUSA ROSA, algumas das quaes eram infamantes, justo é que a este official general seja dada uma publica reparação pelos agravos que sofreu. Exige-o a sua honra e a dignidade do próprio Exército que, com essa campanha de difamação, tambem foi attingida.

(a) José Rodrigues Lopes de  
Mendonça e Mattos  
General

(a) João Pereira Bastos  
General Chefe do Estado-Maior G.º

(a) Roberto da Cunha Baptista  
General Quartel-Mestre General do G.º